

Desenvolvimento rural endógeno em ambientes de montanha a partir do envolvimento das redes rurais em laços de reciprocidade

Endogenous rural development in mountain environments from the involvement of rural networks in reciprocity ties

Desarrollo rural endógeno en entornos de montaña a partir de la participación de redes rurales en lazos de reciprocidad



Nádia Jarouche Aun

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Seropédica - Rio de Janeiro- Brasil

nadiarpe@gmail.com



Renato Linhares de Assis

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Nova Friburgo - Rio de Janeiro- Brasil

renato.assis@embrapa.br



Orlando Rodrigues

Embrapa Agrobiologia - Seropédica - Rio de Janeiro- Brasil

orlando@ipb.pt

Resumo. O objetivo deste artigo é aproximar a teoria da reciprocidade da metodologia de análise das redes rurais, no contexto do desenvolvimento rural endógeno em ambientes de montanha. A principal ideia que sustenta o conceito de redes rurais é dar um novo significado à expressão 'desenvolvimento rural'. Essa resignificação surge a partir da constatação da diversidade de territórios e das frequentes movimentações/migrações populacionais, tornando a fronteira entre rural e urbano cada vez mais invisível. E, a partir dessa constatação, surge a necessidade de uma nova metodologia que consiga, ao mesmo tempo, olhar para os espaços por meio do conceito de redes e pensar o desenvolvimento como algo além das trocas mercantis. A proposta de aproximar a teoria da reciprocidade desse contexto tem o objetivo de aprofundar o entendimento acerca das organizações sociais, seu funcionamento e as interconexões que são criadas dentro dos grupos. Ambas as teorias possuem pontos de convergência, um deles é a conexão com o território na formulação, aplicação e análise de políticas públicas. Um segundo ponto é a percepção dos espaços a partir do conceito de redes sociais. Assim, é na junção de pensamentos muito próximos que esse artigo busca analisar novas formas de ocupação dos territórios rurais, especialmente aqueles em regiões

montanhosas, de forma a contribuir para a construção de conhecimentos nos cenários das políticas públicas e do desenvolvimento rural endógeno.

Palavras chave: Reciprocidade, Desenvolvimento rural, Políticas públicas, Ambientes de montanha.

Abstract. The purpose of this paper is to bring the theory of reciprocity closer to the rural networks analysis methodology, in the context of endogenous rural development in mountain environments. The main idea behind the concept of rural networks is to give a new meaning to the expression 'rural development'. This re-signification arises from the observation of the diversity of territories and populations that exist in regions that are making the border between rural and urban increasingly invisible. Moreover, from this finding, the authors identify the need for a new methodology that can, at the same time, look at the spaces through the concept of networks and think rural development as something beyond mercantile exchanges. The proposal to approach the theory of reciprocity is to better understand, and hence justify, a differentiated look within social organizations, their functioning and the interconnections that can coexist within groups. It was found, in both theories, points of convergence; one of them is to make increasingly the formulation, application and analysis of public policies. A second point is the perception of spaces from the concept of social networks. Thus, it is in the junction of very close thoughts that the article proposes the analysis of these new forms of territories occupation, especially those that are in mountainous regions and are destined to the rural production in sustainable bases, with the objective of contributing with the construction of knowledge in the scenarios of public policies and endogenous rural development.

Key words: Reciprocity, Rural development, Public policies, Mountain environment.

Resumen. El objetivo de este artículo es acercar la teoría de la reciprocidad a la metodología de análisis de redes rurales, en el contexto del desarrollo rural endógeno en entornos de montaña. La idea principal que apoya el concepto de redes rurales es dar un nuevo significado a la expresión 'desarrollo rural'. Esta resignificación surge de la observación de la diversidad de territorios y los frecuentes movimientos / migraciones de población, lo que hace que la frontera entre lo rural y lo urbano sea cada vez más invisible. Y, a partir de esta observación, surge la necesidad de una nueva metodología que pueda, al mismo tiempo, mirar los espacios a través del concepto de redes y pensar en el desarrollo como algo más allá de los intercambios de mercado. La propuesta de acercar la teoría de la reciprocidad a este contexto tiene como objetivo profundizar la



comprensión sobre las organizaciones sociales, su funcionamiento y las interconexiones que se crean dentro de los grupos. Ambas teorías tienen puntos de convergencia, una de ellas es la conexión con el territorio en la formulación, aplicación y análisis de políticas públicas. Un segundo punto es la percepción de espacios basada en el concepto de redes sociales. Por lo tanto, es en el cruce de pensamientos muy cercanos que este artículo busca analizar nuevas formas de ocupación de territorios rurales, especialmente aquellos en regiones montañosas, para contribuir a la construcción de conocimiento en los escenarios de políticas públicas y desarrollo rural endógeno.

Palabras clave: Reciprocidad, desarrollo rural, políticas públicas, entornos de montaña.

Introdução

A mudança de paradigma atrelada ao conceito de desenvolvimento requer considerar os espaços de forma diferente. Isso demanda a utilização de instrumentos que possam perceber manifestações, movimentos ou mudanças de todos os tipos, em diferentes graus de intensidade, em qualquer parte do ambiente natural. Nesse caso, não priorizar o crescimento econômico, e dar ênfase as redes de relacionamento que se formam a partir da agricultura orgânica, é um bom exemplo de enfoque alternativo ao modelo de desenvolvimento institucionalizado. Entende-se que um novo referencial é importante para perceber e entender como essas manifestações são importantes na promoção do desenvolvimento territorial endógeno e geração de autonomia e sustentabilidade.

Quando os espaços de convivência entre atores são considerados, as misturas destes e as mudanças nos seus comportamentos e tradições culturais, bem como no ambiente natural, são inevitáveis, uma vez que são típicas de qualquer sociedade. Os atores que formam uma sociedade estão em constante movimento, seja para adaptar-se ao novo estilo de vida ou para não padecer diante de alguma intempérie. Considerando a produção de alimentos, é possível observar uma grande variedade de grupos que se organizam ao redor dessa atividade e em diversos pontos do processo produtivo.

A intenção nesse artigo é ampliar o debate acerca das mais variadas formas de organização social. Para tanto, a aproximação entre a metodologia das redes rurais com a teoria da reciprocidade é exercício importante. A partir do momento em que os atores no meio rural constituem redes, têm potencial para descentralizar as relações de poder, não as eliminando, mas as redistribuindo de forma a estabelecer novos fluxos dentro da sociedade, oxigenar as relações e ajudar na manutenção e conservação de ambientes naturais.

A prática da agricultura orgânica é colocada como ponto focal para entender o desenho das relações que são formadas e como se envolvem, dentro das possíveis dimensões de uma rede. Acrescentamos a essa discussão os ambientes de montanha, nos quais a conformação do espaço físico dificulta a circulação de pessoas e ao mesmo tempo condiciona aspectos sociais específicos que auxiliam a formação de redes, estreitando laços entre seus membros. Entende-se que a agricultura nesses

ambientes não demanda somente adequação das práticas produtivas às limitações do relevo, mas também das pessoas que ocupam os espaços montanhosos e, portanto, como atuam nesses locais.

Nessa perspectiva, nosso objetivo aqui é enriquecer o debate acerca da importância das redes rurais na promoção de processos de desenvolvimento rural endógeno em territórios montanhosos. E, da mesma forma, aproximar a teoria da reciprocidade do contexto da agricultura orgânica e da relação com o ambiente, como um elemento a mais no processo de formação de redes mais complexas.

A seguir apresenta-se a metodologia utilizada, para então iniciar a discussão diferenciando espaço e território. Na sequência apresenta-se debate sobre as redes rurais e sua importância como instrumento em processos de desenvolvimento, e como a reciprocidade, ao inserir mais complexidade nas relações entre as pessoas, pode afetar a dinâmica das redes. Insere-se então o tema das montanhas, destacando suas especificidades e como estas determinam espaços comuns de interação com características específicas, exemplificadas pelo contexto do desenvolvimento da agricultura orgânica em territórios montanos. Considerando então esse cenário, conclui-se com algumas ideias que possam contribuir para a elaboração e condução de políticas públicas que promovam o desenvolvimento rural endógeno em ambientes de montanha.

Metodologia

As discussões apresentadas nesse artigo se apoiam em pesquisas realizadas através de estudos de casos com produtores orgânicos em ambientes de montanha no Brasil e Portugal, no período de 2015 a 2018, respectivamente na Serra Fluminense e Trás-os-Montes. Porém, não se busca aqui apresentar dados coletados e uma análise sobre eles, e sim uma discussão teórica a partir das observações feitas a campo.

Para compor uma análise abrangente das duas regiões, bem como dos grupos pesquisados, reunimos elementos metodológicos adotados pela pesquisa qualitativa, abordagem multinível e metodologia da rede rural. Além desses procedimentos também foram utilizadas análises documentais e

uma densa revisão bibliográfica sobre os temas. Uma vez determinada a forma como seria observada as relações e as redes formadas nos espaços, partimos para a definição de como os contatos com agricultores, técnicos, administradores, empreendedores locais, entre outros 'tipos' locais seriam feitos.

Na Serra Fluminense optamos pela abordagem “Bola de Neve” para compor o grupo de entrevistados. A amostragem em “Bola de Neve” tem como principal característica a coleta de dados de uma forma não probabilística. Essa abordagem utiliza-se da capacidade do pesquisador de obter um (ou mais) informante-chave (ou semente) e, a partir dessa(s) pessoa(s), construir sua rede de contatos. Segundo Vinuto (2014), é um método que utiliza cadeias de referência e é indicado para amostragem em redes, principalmente, quando se trata de grupos difíceis de acessar, seja pela distância entre seus componentes, seja pelo comportamento mais recluso dos informantes, ou ainda, pelo desinteresse dos atores estudados de participar da pesquisa.

Na Serra Fluminense, os dois principais municípios polo na produção orgânica: Teresópolis e Nova Friburgo e municípios vizinhos, foi formado um universo composto por 24 produtores; dois técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RIO); três técnicos da Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO); quatro empreendedores locais vinculados ao turismo gastronômico.

Optamos pela construção de um roteiro de perguntas semiestruturado para as entrevistas. A intencionalidade das perguntas elaboradas tinha como pano de fundo as relações que estavam sendo criadas e fortalecidas (ou não) dentro dos grupos e como essas relações influenciavam (ou não) na formação de uma rede mais complexa de relações em torno da agricultura orgânica. Dessa forma criamos um roteiro que, além das características gerais dos produtores e sua produção, abrangesse também as seis dimensões (ou conceitos) da rede rural: (1) endogeneidade; (2) sustentabilidade; (3) capital social; (4) arranjos institucionais; (5) inovação e empreendedorismo; (6) governança de mercados.

Na região de Trás-os-Montes optamos por uma metodologia que pudesse, ao mesmo tempo atender, aos objetivos iniciais deste estudo e fosse viável para o período disponível para executá-la. Dessa forma, construímos uma amostragem estratificada

uniforme dentro da região usando a base de dados dos agricultores orgânicos disponibilizados pela Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) que está vinculado diretamente ao Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural de Portugal e agrega todas as políticas nacionais para o setor. Foram feitos dois tipos de questionários: o primeiro direcionado a profissionais de organismos certificadores (OC) da agricultura orgânica e de associações/cooperativas de produtores rurais (AP). Este questionário constituiu-se de um roteiro de perguntas semiestruturadas, uma vez que o objetivo ao entrevistar esses profissionais era tratar de questões mais subjetivas relacionadas ao papel do modo de produção orgânica na região. O segundo modelo de questionário desenvolvido para os agricultores era estruturado, a opção por este formato deu-se com o objetivo de possibilitar um número maior de entrevistas em um menor espaço de tempo.

Visando complementar a rede de contatos do entrevistador, bem como incorporar mais dados à pesquisa, outro instrumento utilizado na coleta de dados no Brasil e em Portugal, foi a observação participante. Esta, segundo Peruzzo (2017), é um instrumento muito utilizado dentro do universo das pesquisas qualitativas, em que sua principal função é observar os grupos estudados sem se colocar, no entanto, como parte invisível do processo. Essa ferramenta permitiu, dentro do contexto dessa pesquisa, a participação em feiras livres, reuniões de associados, mutirões em propriedades e visitas técnicas a campo de verificação da conformidade da produção orgânica das unidades de produção.

Espaço e Território

A ação contínua do homem em determinado espaço físico constitui a história particular de quem executa a ação no espaço que sofre a ação (ABRÃO, 2010). É possível compreender a história a partir de marcas deixadas nos ambientes, como desenhos rupestres e extermínio de espécies vegetais e animais. Essa carga de códigos é responsável por criar espaços onde ambientes, natural e social coexistem, bem como suas inúmeras funcionalidades. Assim, o espaço em si é, para além de um ponto geográfico, um local construído e, portanto, transformado a partir das necessidades daqueles que o habitam.

Dentro das inúmeras funcionalidades que um espaço pode ter, uma delas é servir como lugar para a atividade agrícola, com destaque aqui para a produção orgânica feita em base agroecológica e não industrial. Essa atividade é mais uma funcionalidade do ambiente natural, cunhada e desenvolvida através da ação contínua do homem no meio em que vive. Uma área de produção orgânica torna-se, dentro da perspectiva que enxerga o ambiente de forma multidimensional, o local onde se exerce atividade profissional com geração de renda, encontro e troca de saberes entre membros de um mesmo grupo, com conservação da biodiversidade.

A diferenciação entre os conceitos de território e espaço, dentro da Geografia se dá a partir da década de 1970 (ABRÃO, 2010). Em linhas gerais território é expressão das relações sociais, políticas e econômicas que ocorrem dentro dos espaços, enquanto estes, além das características física e geográfica que lhes são inerentes, envolvem também a presença de pessoas e as relações que desenvolvem no ambiente. Espaço e território são, portanto, conceitos interconectados e interdependentes. O primeiro é o lugar onde as relações, e por consequência, as redes sociais são construídas, o segundo é consequência do modo como essas relações irão se desenvolver.

Para Santos (2006) os espaços são constituídos por pessoas, empresas, instituições públicas e privadas, meio natural e estruturas físicas construídas pelo homem. Dentro dos espaços esses elementos interagem e se relacionam produzindo as diversas funcionalidades que cada elemento pode gerar separadamente e em conjunto. No entanto, esse processo de interação só se torna factível a partir da ação de pessoas de forma coletiva e plural nos espaços e territórios que atuam.

Nesse sentido, produção agrícola dentro de um modelo não industrial, e mais especificamente, orgânico, demanda processo histórico de reaproximação da espécie humana com o ambiente natural. Perondi (2004) entende que faz parte do desenvolvimento de uma sociedade sua capacidade de se (re)conectar ao ambiente natural. Esse processo pode surgir da necessidade dos atores em remodelar suas relações sociais e econômicas, adaptando suas necessidades e anseios ao ambiente onde estão inseridos, com resposta a pressão social pela produção de valores. Isso tudo, está diretamente relacionado ao aspecto multifuncional do ambiente e

das atividades que podem ser desenvolvidas dentro dele e da capacidade pluriativa de cada indivíduo.

São as diversas atividades desenvolvidas, e reproduzidas, pelas pessoas que vão constituir o território, com todas as suas relações de poder, em espaço (re)moldado num processo histórico constante e dinâmico (ABRÃO, 2010). Esse processo de construção de uma sociedade só é possível a partir do estabelecimento de laços ou conexões entre as pessoas. E, é a quantidade de fluxos gerados entre eles que estabelecerá a diversidade e a capacidade de uma rede conviver no espaço.

Redes Rurais como Instrumentos no Processo de Desenvolvimento

Embora a agricultura orgânica seja o ponto focal das redes aqui discutidas, as pessoas e as redes formadas por elas constituem elementos essenciais do nosso debate, considerando como as redes se constituem, sua estrutura e função principal para os atores envolvidos e para as localidades onde estão inseridas. Partindo desse pressuposto procuramos entender essa estrutura e os elos formados entre as pessoas, isto é, quais são os aspectos mais subjetivos que envolvem o comportamento dos arranjos sociais em forma de rede. E, por fim, entender o que conecta tudo isso em prol de uma nova concepção de desenvolvimento, qual o potencial que esses novos arranjos e essa nova estrutura social tem a contribuir para uma nova forma de envolvimento entre sociedade, Estado e ambiente.

A partir da observação empírica constatamos a existência de 'momentos chave' no processo de formação de uma rede. Esses momentos se caracterizam como etapas transpostas pelos grupos que determinam o grau de envolvimento e interação entre os atores. Inicialmente percebemos três momentos específicos dentro de toda cadeia de eventos que exercem influência no formato da rede e no modo como ela funciona:

- 1º Momento: refere-se ao início do processo, quando há aproximação entre atores que possuem alguma relação, seja por vínculo pessoal, afinidade produtiva, proximidade física, ou necessidade de unir forças por motivo específico. Desse primeiro importante aproximar seu conceito ao presente debate.

passo até a formação de uma pequena rede de contatos existe percurso específico a ser trilhado. Outras relações precisam ser estabelecidas para que haja uma maior capacidade de circulação de informações, volume maior de pessoas deve começar a integrar o grupo, bem como novos objetivos e ideais devem ser construídos. Essa aproximação pode ser complexa, posto que não dependerá apenas da proximidade e grau de afetividade entre as pessoas;

- 2º Momento: é nessa fase que há articulação efetiva do grupo, gerando uma pequena rede de contatos que vai se comportar como um organismo vivo, exigindo maior comprometimento dos integrantes;

- 3º Momento: é quando ocorre integração com outras dimensões da sociedade, sendo importante para o grupo nesse momento ter clareza de seus objetivos e propósitos para não sofrer rompimentos entre seus elos.

Esse desenho de etapas, que ocorrem durante o processo de formação de uma rede, está diretamente relacionado à teoria da formação de capital social, expostas por Marteletto (2004) e Tisenfopfs (2008). Os autores trazem a ideia de duas etapas essenciais para a formação de capital social. A primeira delas é o bonding, que significa a primeira aproximação de atores promovendo uma 'cola' entre eles; a segunda é o bridging que transforma essa cola em ponte, como alusão ao fortalecimento das relações. Tisenfopfs (2008) ainda traz uma terceira etapa denominada linking quando as relações extrapolam o desenho da rede e atingem outras dimensões, ou outras redes. O capital social tem papel fundamental na geração de energia vital para a sustentabilidade da rede, sendo importante aproximar seu conceito ao presente debate.

As Montanhas como Espaços Comuns de Interação

O espaço não é apenas a região ou o ambiente onde as pessoas se encontram, ele também exerce influência em relação ao tipo de atividade desenvolvida - na produção de alimentos, na comercialização, na distribuição, transformação, etc. O ambiente de montanha compõe nesse debate um elemento, ao mesmo tempo, específico e comum ao estudo das redes formadas a partir da agricultura orgânica. Muito embora não exista uma relação de

dependência entre montanhas e produção orgânica, mas de simbiose.

No que tange a agricultura, apesar do relevo acidentado, as regiões montanhosas são conhecidas por apresentarem grande diversidade biológica e abundância de água, seja superficial ou em lençóis freáticos, que favorecem a atividade agrícola. E, do ponto de vista social, representam espaços que abrigam a atividade humana à muito tempo. Além da função de produtora de alimentos, esses ambientes possuem grande apelo paisagístico e espiritual, servindo como destino para pessoas em busca de lazer ou de refúgio fora dos centros urbanos.

Nesse sentido, consideramos as montanhas como mais um elemento chave na conformação das redes rurais. Muitas histórias individuais e coletivas passam a se conectar nesses espaços, adquirem a relevância de uma dimensão dentro do espectro de uma rede e passam a fazer parte do universo onde os grupos atuam, influenciando na forma como o tecido social é constituído.

Segundo Halfacree e Rivera (2012) e Wilbur (2014), é importante atentar para as forças que o espaço exerce na formação de redes sociais, seja por conhecimento que circula entre os habitantes de dentro e de fora dos limites onde a rede se constitui e atua, seja por características geográficas e edafoclimáticas, seja por aspectos paisagísticos. Segundo Martelletto (2001), o ambiente onde ocorre a convivência de qualquer grupo também influencia, a nível pessoal e coletivo, os atores da rede, impactando na forma como essa organização social se relaciona com o espaço, o que a autora denominou 'ter a rede como intermediária entre as ações e as consequências de decisões tomadas dentro e fora da rede'.

Por um lado, ambientes de montanha podem trazer dificuldades de deslocamento seja pela distância, falta de estradas, problemas ambientais, dentre outros fatores, o que tornaria mais difícil o estabelecimento de uma rede. No entanto, por outro lado, as montanhas podem ser o elemento agregador, o local para onde pessoas se deslocam em busca de uma atividade específica, nesse caso específico, a agricultura orgânica.

No Brasil, o processo de normatização legal da agricultura orgânica estabeleceu sistemas participativos de garantia (SPG) como uma das estratégias possíveis para avaliação da conformidade da produção orgânica, e representa elemento

Desenvolvimento rural endógeno em ambientes de montanha a partir do envolvimento das redes rurais em laços de reciprocidade

Nádia Jarouche Aun · Renato Linhares de Assis · Orlando Rodrigues

muito eficaz para a aproximação entre agricultores orgânicos.

Ao analisarmos o papel do SPG (Sistema Participativo de Garantia) na constituição de redes rurais nos ambientes de montanha da Serra Fluminense, verificamos em algumas localidades esse sistema contribuiu para o fortalecimento da rede e sua ampliação, enquanto em outras foi responsável pela primeira aproximação entre as pessoas.

De acordo com Lage et al. (2020), a avaliação da conformidade da produção orgânica possibilita aos agricultores a utilização de selo de garantia específico, com chancela do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que assegura aos consumidores de produtos da agricultura orgânica que estes seguiram normas e práticas específicas desse modo de produção. Dentro de um SPG a avaliação da conformidade é realizada de forma participativa, em que o grupo como um todo assume a responsabilidade formal perante o MAPA e a sociedade em geral pelo conjunto de atividades desenvolvidas pelos membros (produtores, técnicos e consumidores).

Entende-se que a partir do funcionamento de um sistema participativo, como o SPG, que exige envolvimento das pessoas enquanto grupo durante todo o processo produtivo e de comercialização, em constante exercício de aprendizagem, é possível estabelecer um novo fluxo de informação e conhecimento entre pessoas e dessas com as montanhas que habitam e usufruem.

Outro elemento importante é a existência de política pública integradora que conceba os ambientes de montanha como regiões relevantes e a agricultura orgânica como prática economicamente e ambientalmente viável nesses espaços. Uma política com essas características ajuda a fortalecer as relações entre os atores e o entendimento destes como entes que interagem individualmente e entre si com as montanhas, contribuindo para a sustentabilidade de suas atividades, com maior grau de endogeneidade e o surgimento de inovações adaptadas coletivamente.

O estímulo à produção orgânica através de uma política pública apoiada em um sistema participativo de garantia (SPG), que trabalhe pela conformidade da produção orgânica, constitui elemento importante que pode contribuir para a formação e fortalecimento de redes rurais.

Em ambientes de montanha esses aspectos são potencializados vis a vis pela aproximação e proximidade dos atores que os limites do relevo estabelecem, favorecendo e sendo favorecido pela conformação de grupos e geração de capital social.

Assim, os atores envolvidos trabalham em grupo, trocam informações e atualizam constantemente suas práticas, constituindo modelo de conformação social, desenhado por uma política que traz benefícios ao ambiente natural, assegurando sustentabilidade às atividades produtivas que, no caso dos ambientes de montanha se verificam com benefícios à conservação dos recursos naturais locais e prestação de serviços ambientais a jusante, notadamente no que se refere a recursos hídricos.

Envolvendo a Reciprocidade

No processo de conformação de uma rede é fundamental o desenvolvimento de laços de reciprocidade entre os membros da rede, entre esta e outros grupos formados dentro e fora dela, e entre as dimensões com as quais os atores que a compõem se relacionam: capital social, sustentabilidade, arranjos institucionais, endogeneidade, inovação e governança de mercado (PLOGG E MARSDEN, 2008). A teoria da reciprocidade, desenvolvida por Eric Sabourin, vai além da simples troca de favores ou mercadorias entre atores e suas comunidades. A reciprocidade representa um sentimento de retribuição para um comportamento social presente dentro de grupos complexos (SABOURIN, 2011) e pode transformar o tipo de relação que se constrói entre atores.

O surgimento da reciprocidade entre atores é uma consequência da mudança de paradigma por parte daqueles envolvidos, ou ainda uma tomada de consciência de comunidades que passam a vislumbrar algo maior e mais complexo. O caminho sugerido pela teoria não é que cada ator abandone sonhos e ideais particulares em favor de um ideal comum a toda uma sociedade ou conjunto de atores, mesmo porque tamanho consenso seria uma ilusão. É esperado que cada ator saiba quando se comportar como indivíduo isoladamente, e quando se apresentar como indivíduo dentro de uma coletividade.

Introdução

É a partir desse contexto que entendemos que reciprocidade configura mais um elemento nos estudos de redes, representa algo mais subjetivo que é construído entre todos os tipos de elementos. Com esse entendimento a reciprocidade pode trazer mais um componente de análise para a metodologia da rede rural, possibilitando acelerar ou dificultar o estabelecimento de fluxos de comunicação entre os diversos tipos de pessoas, em seus espaços e com suas práticas, conformando uma rede mais complexa de relações.

Retomando o conceito principal da rede rural, ela seria sustentada ou composta, conforme Ploeg e Marsden (2008), por seis dimensões: capital social, sustentabilidade, arranjos institucionais, endogeneidade, inovação e governança de mercado. Uma concepção teórica da rede rural teria como aspecto fundamental, além das pessoas, um universo multidimensional onde fosse possível constante interação e colaboração entre indivíduos e dimensões. Essa interação só seria possível a partir da vontade e intenção dos atores envolvidos, posto que o que torna a rede rural funcional é sua capacidade de comunicação entre os mais diversos elos ou laços, com aperfeiçoamento das relações entre dimensões. Para que isso aconteça é preciso que os elos da rede estejam bem conectados a ponto de permitir a troca de informações e o desenvolvimento de novas habilidades.

É nesse ponto que a importância dos laços de reciprocidade é percebida, possibilitando um melhor estabelecimento dos fluxos entre todos os atores de uma rede. Assim, uma vez considerado como componente que atuará diretamente no comportamento social dos indivíduos, o estabelecimento desses laços pode auxiliar na relação entre indivíduos, fortalecendo laços e a relação interdimensional da rede, ampliando a capacidade de atuação desta dentro do seu território.

Na Figura 1 ilustramos a associação das dimensões teóricas da rede rural em um laço de reciprocidade, a partir de um elemento comum que é a agricultura orgânica. A linha que une as dimensões representa a conectividade entre estas, o elo entre aspectos distintos e que seria composto de interesse, importância e necessidade, isto é, de reciprocidade,

Introdução

Figura 1: Dimensões teóricas da rede rural e os laços de reciprocidade.



Fonte: Adaptado de Ploeg et al. (2008).

A inovação dessa proposta diz respeito à diversidade de dimensões que poderiam 'sustentar' o processo de desenvolvimento a partir de grupos de sistemas participativos de garantia da produção orgânica, em contraponto ao foco apenas no crescimento econômico de territórios em que as pessoas sejam percebidas como entes independentes. Assim, de maneira ilustrativa, a Figura 1 representa como se estruturaria uma rede rural em uma concepção de desenvolvimento territorial e endógeno em ambientes de montanha, que busque diferenciar produtos e serviços montanos ao identificá-los com o local.

Dentro dessa rede é possível encontrar agricultores, profissionais da área do turismo, pequenos e médios empreendedores, indústrias de processamento, entre outras atividades. Nessa diversidade de 'tipos', o elemento comum, além daquele que os aproximou (a agricultura orgânica), é a reciprocidade que se cria entre cada ator, a partir da necessidade, interesse e importância à troca de conhecimentos entre eles, ampliando a capacidade da rede de interagir dentro das

dimensões e com outras redes, e o espectro de atuação dos atores e suas redes.

Essa forma de funcionamento da rede rural tem como principal pressuposto a (re)significação do desenvolvimento ao entender o espaço rural como um grande conjunto de possibilidades. Nessa perspectiva, Kanemasu et al. (2008) analisaram, aproximadamente, 63 casos empíricos em toda a Europa para identificar neles características de cada dimensão das redes rurais, percebendo que as dimensões, apesar de distintas, se mostraram complementares e funcionaram, em algumas situações, como gatilhos para que outra dimensão mais enfraquecida fosse trabalhada ou ativada.

Ao somarmos os laços de reciprocidade a essa característica natural de complementariedade das dimensões das redes rurais, estamos indicando um aspecto fortalecedor das relações entre os indivíduos e o ambiente em que estão se relacionando. Amplia-se assim a capacidade de estabelecer novos fluxos de comunicação e informação entre os mais variados elementos que fazem parte desse universo complexo que é uma rede rural.

Uma Contribuição aos 'Fazedores de Políticas Públicas'

A crítica ao modo como o sistema político normalmente funciona é que, em muitos aspectos, os resultados não são satisfatórios, pois não há instrumentos suficientes capazes de integrar os resultados das ações do setor público. Políticas são elaboradas e aplicadas, públicos específicos são definidos, instituições são nomeadas e grupos sociais são formados, porém como ações isoladas que beneficiam pequenos grupos e não o conjunto da sociedade.

Eric Sabourin exalta o fato de que políticas não devem ter viés unicamente mercantil, é preciso olhar a gestão pública como um todo e entender a necessidade de utilizar instrumentos que, além de permitir a troca mercantil e o acúmulo de capital, permitam maior capacitação e autonomia dos atores envolvidos. O intuito é que um bom resultado seja fruto do esforço coletivo de distintos grupos interconectados por meio de laços de reciprocidade (SABOURIN, 2012), ao que acrescentamos a necessidade de uma rede de conhecimentos e capacidades diversificadas.

Para avaliar políticas públicas é preciso estabelecer alguns indicadores. Tomando como base nosso contexto, o ponto de partida deve ser uma definição mais ampla e complexa de desenvolvimento, que não deve estar representada apenas por palavras, mas também por indicadores e ações que viabilizem o fortalecimento das múltiplas dimensões que um território possui. Da mesma maneira que deve incentivar a interação entre os atores na participação em processos públicos, na formação de associações, na vida cotidiana da região, entre outros.

Um aspecto favorável percebido dentro do estudo de políticas públicas no Brasil e em Portugal, são as formas encontradas, dentro de cada sistema em particular, de envolver os atores no processo de construção e avaliação das ações propostas. Colocar as pessoas como 'agentes reguladores' de seu próprio negócio faz com que elas se sintam mais autônomas e responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso.

Entende-se que com essa visão seja possível avançar na promoção de processos de desenvolvimento sustentável endógeno que se apoiem nos valores culturais dos grupos, que representam o modo como os indivíduos estabelecem as relações entre si e com o ambiente em que vivem. Essa perspectiva possibilita aos atores troca de saberes, apropriação de novos conhecimentos sobre a dinâmica produtiva em ambientes de montanha, e estimula o sentimento de pertencimento ao valorizar suas experiências em processos de mudanças e inovações que associem as características e potencialidades multifuncionais da agricultura orgânica e dos ambientes de montanha.

Considerações Finais

Políticas públicas podem funcionar como um facilitador de processos, mas nunca constituirão o que definirá um ambiente ou uma ação. As redes, por outro lado, formadas a partir da junção e envolvimento de pessoas em determinadas localidades, são muito mais determinantes para o funcionamento do grupo como uma coletividade que a existência ou não de uma política. Essa constatação vai de encontro com as etapas descritas no processo de formação de uma rede que considera o envolvimento com instituições públicas e demais dimensões um segundo passo durante o envolvimento em redes de relacionamento. As políticas, nesse sentido, teriam um papel de fortalecer esse movimento,

facilitar, esclarecer, regular.

Os ambientes de montanha, nessa lógica, possuem papel de reunir os mais diversos tipos de atores em uma ou mais redes interconectadas. Assim, apesar das dificuldades impostas pelo relevo, o dinamismo das redes rurais nesses espaços representa uma construção social com identidades específicas dos locais onde se constituem. Essa característica vai resultar em sociedades mais conscientes que entendem o seu papel dentro da coletividade, ainda que inserida em um contexto local. O desafio está em sermos capazes de pensar o espaço como um todo, e não só um lugar específico.

É coerente a aproximação entre a teoria da reciprocidade com a metodologia da rede rural, pois ambas percebem a sociedade como um fluxo contínuo de saberes e uma comunhão de capacidades técnicas, para além do crescimento econômico. Também nos permite observar diferentes grupos, que independentemente de suas características, tenham relevância dentro do processo de desenvolvimento local, seja pelas novas oportunidades que oferecem, pelo fluxo econômico que estimulam, pelo impacto positivo no ambiente natural, entre outros aspectos.

Esse exercício teórico também se mostra relevante no desenvolvimento de políticas públicas que concebam o desenvolvimento rural como processo provido de uma diversidade de dimensões e protagonizado por uma diversidade de tipos sociais. Essa estratégia deve acompanhar um plano de elaboração, execução e acompanhamento que se comprometa com o aprimoramento constante da política. A ideia é facilitar o envolvimento entre as pessoas gerando autonomia nos espaços onde estão inseridas.

Por fim, é crescente a busca pela atividade agrícola com modelos mais sustentáveis, especialmente em ambientes de montanha, onde estes têm impacto positivo não só localmente, mas também com serviços ambientais a jusante. Para tanto é preciso maior envolvimento e atenção por parte dos atores responsáveis pela construção e execução de políticas públicas para os ambientes de montanha. Os maiores beneficiários dessa conexão, entre sociedade e Estado, são as pessoas diretamente envolvidas, o ambiente local e as demais esferas da sociedade que irão consumir os alimentos e usufruir dos serviços ambientais decorrentes e do ambiente mais equilibrado.

Agradecimentos

Agradecemos ao Instituto politécnico de Bragança, Portugal pelo apoio concedido durante o tempo de coleta de dados na região. À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e à Embrapa Agrobiologia pelo apoio e suporte técnico durante a coleta de dados realizada na Região Serrana Fluminense. E a Capes – Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior pelo financiamento da pesquisa que deu origem a esse artigo.

Referências Bibliográficas

ABRÃO, J. A. A.; Concepções do espaço geográfico e território. Sociedade e Território, Natal, v. 22, nº1, jan./jun. 2010.

HALFACREE, K. H.; RIVERA, M. J.; Moving to the countryside...and staying: lives beyond representations. Sociologia Ruralis, v.52, n. 1, 2012. <<https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.2011.00556.x>>. Acesso em 20 de setembro de 2016.

KANEMASU, Y.; SONNINO, R.; MARSDEN, T.; SCHNEIDER, S. Testing the Web: a Comparative Analysis. In: Ploeg, van der J.D.; Marsden, T. (eds.). Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development. VanGorcum, 2008.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O.; Redes e Capital Social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. Brasília: Ciência da Informação, v. 33, n. 3, p. 41-49, 2004. <<https://doi.org/10.1590/S0100-19652004000300006>>. Acesso em 20 de setembro de 2016.

MARTELETO, R. M.; Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. Brasília: Ciência da Informação, v.30, n. 1, 2001. <<https://doi.org/10.1590/S0100-19652001000100009>>. Acesso em 20 de setembro de 2016.

NETTO, L. A.; Políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável em ambientes de montanha no Brasil e na Argentina. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária), Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013. 183p.

PERONDI, M. A.; Agricultura como fronteira entre sociedade e natureza: novos atributos a multifuncionalidade. II Encontro Anual da ANPPAS. Campinas, 2004.

Desenvolvimento rural endógeno em ambientes de montanha a partir do envolvimento das redes rurais em laços de reciprocidade

Nádia Jarouche Aun · Renato Linhares de Assis · Orlando Rodrigues

PERUZZO, C. M. K.; Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. *Época III*, Vol XXIII. Número especial III, Colima, primavera, 2017.

PLOEG, VAN DER J.D.; MARSDEN, T. (eds.); *Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development*. VanGorcum, 2008.

PLOEG, VAN DER J. D.; BROEKHUIZEN, VAN R.; BRUNORI, G.; SONNINO, R.; KNICKEL K.; TISENKOPFS, T.; OOSTINDIE, H.; Towards a Framework for understanding Regional Rural Development. In: Ploeg, van der J.D.; Marsden, T. (eds.). *Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development*. VanGorcum, 2008.

SABOURIN, E.; *Sociedades e Organizações Camponesas. Uma leitura através da reciprocidade*. Editora UFRGS. Porto Alegre, 2011

_____.; *Reciprocidade e Análise de Políticas Públicas no Brasil*. *Ruris*. Volume 6, Número 2, Setembro, 2012.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

TISENFOPFS, T.; LACE I.; MIERINA, I.; Social Capital. In: Ploeg, van der J.D.; Marsden, T. (eds.). *Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development*. VanGorcum, 2008.

VINUTO, J. A.; Amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, 22 (44): 203-220, Ago/Dez, 2014.

WILBUR, A.; Cultivaing back-to-the-landers: networks of knowledge in rural northern Italy. *Sociologia Ruralis*, vol 54, n. 2, apr 2014. <<https://doi.org/10.1111/soru.12024>>. Acesso em 20 de setembro de 2016.

